

ATA N.º 15/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2016:

No dia quinze de junho de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, na sede do Rancho Folclórico “Os Fazendeiros” das Lagameças (freguesia de Poceirão), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** saúda os presentes. Começa por agradecer a cedência da sala para realização da presente reunião e realça como esta está bem conservada.

O **Sr. Presidente** refere que na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho para o período de 1 de abril a 1 de julho de 2016, é a mesma substituída pelo Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos à Ata n.º 9/2016 – reunião de Câmara ordinária de 6 de abril de 2016)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Representação Institucional

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2015

PONTO 3 – Fornecimento de energia elétrica em Regime de Mercado Livre – BTE, BTN e MT - Adjudicação

PONTO 4 – Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela - Adjudicação

PONTO 5 – Transferência financeira para o Agrupamento de Escolas José Saramago, Palmela – despesas de funcionamento do edifício do 1.º ciclo do ensino básico da EB José Saramago

PONTO 6 – Cáritas Diocesana de Setúbal – Centro Comunitário de S. Pedro – Cedência de material escolar

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE PINHAL NOVO

O **Sr. Presidente** menciona que o executivo camarário esteve há poucos meses no Poceirão quando se efetuou uma sessão do 'Orçamento Participativo' e, nessa ocasião, foi referido o quão importante era levar as reuniões de Câmara a outros lugares do concelho, com o intuito de estar mais próximo da população. Este é, também, o objetivo do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. Há muitos anos o Município foi pioneiro ao implementar esta ação no seu mandato. A intenção é sempre a de aproximar a gestão do poder local aos cidadãos e às cidadãs para que conheçam o funcionamento do órgão Câmara Municipal e tenham oportunidade de colocar as questões que queiram ver esclarecidas e respondidas. Os/As Eleitos/as, independentemente das forças políticas que cada um representa, estão neste órgão autárquico para trabalhar para os/as munícipes.

Acrescenta que a 'Semana dedicada à freguesia do Poceirão' está a decorrer desde segunda-feira, abrangendo o período de 13 a 17 de junho. Nestas 'semanas', a estrutura da Câmara Municipal procura fazer o ponto de situação de um conjunto de temas que estão pendentes e respeitam à freguesia. Também é efetuado o ponto de situação das obras que a Câmara Municipal se comprometeu em levar à concretização. É efetuado o levantamento das exposições e das reclamações. São levadas a efeito um conjunto de reuniões com o executivo da União das Freguesias de Poceirão e Marateca para, com quem está mais próximo das pessoas, debater os assuntos que haja para resolver. São definidas prioridades. É efetuado o balanço do trabalho realizado e das necessidades que existem. Há compromissos que podem ser assumidos em conjunto (Câmara Municipal de Palmela e União das Freguesias de Poceirão e Marateca).

Mais refere que esta 'Semana' é, também, aproveitada para reunir com associações e instituições sociais que operam no território da freguesia do Poceirão. É uma forma para se apresentarem os assuntos que têm de ser resolvidos e, igualmente, para divulgar as potencialidades desta freguesia que, sendo uma freguesia rural, reúne várias vertentes, como sejam: um vasto território, tem gente e atividade. Na perspetiva da maioria CDU neste executivo, este (Poceirão) é um território que está subaproveitado do ponto de vista do seu potencial agrícola. Inserido que está no "coração" da Península de Setúbal, se os terrenos fossem todos cultivados, dava para abastecer a região de Lisboa. Para isso, é necessário que haja outros incentivos à agricultura, entre outros. Acresce a necessidade de serem criadas medidas de discriminação positiva que possam ajudar a fixar as pessoas neste território; como tal, a questão do emprego é fundamental. Pode haver boas escolas e bons equipamentos culturais, mas, só por si, isso não é suficiente. É natural que as pessoas mais jovens procurem outros lugares para viver. As autarquias têm um papel a desempenhar neste âmbito, o governo tem outro e as instituições locais também dão excelentes contributos para a criação da "autoestima", como é o caso desta coletividade onde se encontram (Rancho Folclórico "Os

Fazendeiros” das Lagameças); se não houvesse um espaço público – esta coletividade – com uma oferta cultural em torno das suas raízes e tradições, provavelmente não havia tanto gosto por ser rural e por ser das Lagameças. As coletividades são uma referência nestes lugares.

O **Sr. Presidente** reitera, em nome do executivo municipal, o agradecimento pela cedência destas instalações magníficas.

Em seguida, o **Sr. Presidente** descreve a programação da 'Semana dedicada à freguesia do Poceirão' :

. Efetuou-se, no dia de ontem (14.junho.2016) uma reunião entre os executivos da Câmara Municipal e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Fez-se o ponto de situação dos investimentos em curso e/ou projetados para o território do Poceirão. Avaliaram-se as competências que estão descentralizadas nesta freguesia, na medida em que a União das Freguesias do Poceirão e Marateca recebe verbas que, ainda assim, são significativas para proceder a:

- reparação de caminhos;
- desmatção de bermas;
- reposição de calçada;
- conservação e limpeza dos parques infantis;
- pequenas reparações em escolas.

Acrescenta que há matérias que não podem ser descentralizadas nas Juntas de Freguesia e é a Câmara Municipal que tem de responder por estas como, por exemplo, os novos asfaltamentos. Fez-se a avaliação se as competências que estão descentralizadas estão ou não a ser bem executadas. A Câmara Municipal está a conseguir cumprir com o seu programa de mandato. Está em condições de adiantar que, previsivelmente, dentro de três semanas, vai estar adjudicada a obra para intervir na rua Abel Ferreira, em Agualva, que serve um conjunto considerável de habitações e uma coletividade. É um investimento na ordem de 119.000 euros com uma extensão de, praticamente, um quilómetro.

No âmbito das sessões do 'Orçamento Participativo', realizadas no ano passado, os/as cidadãos/cidadãs que participaram, votaram, na sua esmagadora maioria, na primeira prioridade: o asfaltamento da rua Julien Bruand. Esta intervenção vai ser operada no ano em curso e ronda, aproximadamente, os 50.000 euros.

Foi suscitada a questão da pavimentação da rua Joaquim Gomes Romão. O compromisso assumido no âmbito do 'Orçamento Participativo' foi o de estudar se a pavimentação podia ser efetuada por troços. No próximo mês de setembro já vai ser possível avaliar se esta vai ser uma das prioridades para executar no próximo ano.

. No dia de hoje (15.junho.2016), o executivo municipal esteve no jardim-de-infância das Lagameças para confirmar as excelentes condições que tem e, também, para ver pequenas obras de reparação que têm sido levadas à prática. Vai ser lançado, para o próximo ano letivo, o alargamento do horário. (Em vez de ser até às 15.30 horas, passa para as 17.30 ou 19.00 horas). No âmbito do apoio à família (que a Autarquia considera ser de apoio social), verifica-se que para as crianças se deslocarem às atividades – yoga, música, expressão físico-motora – é assegurado o transporte; isto ultrapassa as competências que estão previstas na lei para as autarquias locais. A Câmara Municipal de Palmela defende que vale a pena esta medida para as duas freguesias rurais do território do seu concelho: Poceirão e Marateca. O transporte escolar só é obrigatório para os/as alunos/as do 1.º ciclo e a partir de uma determinada distância (distância igual ou superior a 4 quilómetros de casa à escola pelo percurso mais curto). Mais refere o **Sr. Presidente** que, no ano passado, por imposição do Ministério da Educação – e que tem a ver com o número mínimo de crianças ao que acrescem outras condições – o CAIC (Centro de Animação Infantil Comunitária) do Lau foi encerrado e as crianças foram distribuídas por outros estabelecimentos. Estas zonas precisam que seja feito um esforço municipal, uma discriminação positiva, porque nos centros urbanos isto não é necessário, porquanto existem outras condições.

Num pequeno parêntesis, o **Sr. Presidente** menciona que é conveniente realçar que na área desta freguesia (Poceirão) – para não falar da freguesia vizinha que está agregada (Marateca) – existem dois jardins de infância do melhor que há e que não se encontram em grandes centros como Pinhal Novo ou Palmela. São dois excelentes equipamentos que se reportam a investimentos que se realizaram em 2010 e 2011. Atualmente estão com o problema de que existem menos crianças no território desta freguesia. Para além disso, há pais e mães que trabalham em Setúbal, Pinhal Novo ou Barreiro e que lhes dá mais jeito, porque não têm suporte familiar para ir levar e trazer as crianças a determinadas horas, e colocam os/as seus/suas filhos/as noutros infantários e/ou escolas. A maioria CDU defende que é importante que as crianças fiquem ligadas ao seu local de residência e à sua terra.

Ainda, no que se reporta à área da Educação, o **Sr. Presidente** realça que o Município de Palmela com o apoio da Direção-geral da Educação, a par do apoio do Ministério da Agricultura, fornece (ao 1.º ciclo em dois dias por semana) fruta; denomina-se como o programa da “fruta escolar”. Deve ser introduzido o hábito de comer fruta às crianças. O programa vai ser estendido ao pré-escolar nos mesmos termos em que existe para o 1.º ciclo. Esta é outra medida de incentivo. Haverá que discutir com a União das Freguesias do Poceirão e Marateca o que está previsto em termos de fundos comunitários. Registe-se que, os fundos comunitários para as zonas em causa (Poceirão e Marateca) não são os que a Câmara Municipal gostaria que fossem – perdeu-se o estatuto de freguesia rural, o que é deveras estranho. Ainda assim, no âmbito das candidaturas, conseguiu-se uma medida importante de combate à exclusão e à promoção de atratividade do território e que vai ser a cobertura do polidesportivo do Poceirão,

a par da criação de salas de apoio, que vão permitir o alojamento de coletividades e a prática de diversas modalidades que as crianças e jovens desta zona não possuem, nem na Escola José Saramago, porque não têm um recinto coberto. O polidesportivo coberto vai, certamente, contribuir para 'revolucionar' a dinâmica deste território.

O **Sr. Presidente** alude a que a maioria dos fundos comunitários vai passar, através das candidaturas que a ADREPES (Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal) vai levar adiante. A ADREPES é uma entidade gestora de fundos que vai gerir as iniciativas de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) rural. Os apoios ao investimento vão ser, sobretudo, direcionados à iniciativa privada que promovam o emprego, a requalificação de espaços, o enoturismo, as adegas, e mais incentivos à dinamização económica. São permitidas candidaturas a equipamentos sociais. Durante o período em que decorre a Feira Comercial e Agrícola do Poceirão vai haver oportunidade para divulgar as medidas que podem deixar investimento neste território rural.

. Na reunião realizada entre executivos da Câmara Municipal e da União das Freguesias do Poceirão e Marateca foram abordados vários temas: iluminação pública, recolha de monos, apoio à legalização de espaços de 'algumas' coletividades, entre outros. A sua avaliação é a de que se tratou de uma reunião produtiva e intensa. O Sr. Presidente da União das Freguesias do Poceirão e Marateca defendeu, e bem, os interesses da freguesia. É de opinião que é deste modo que um Presidente de Junta deve apresentar-se nas reuniões – ser reivindicativo e reclamando o que é justo para a sua freguesia. Está certo que a Câmara Municipal e a União das Freguesias do Poceirão e Marateca vão continuar a trabalhar em conjunto e a concretizar muito do que falta fazer.

. Visitaram as instalações da AIRP (Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão) que funciona, atualmente, num edifício cedido pela Câmara Municipal - na 'antiga' Escola do Forninho. Através de uma candidatura formalizada pela ADREPES, a AIRP conseguiu parte do financiamento, ao que acresceu, na altura, uma comparticipação do Município de Palmela de 25.000 euros, para um investimento que foi realizado. A AIRP presta uma resposta social de grande qualidade. Neste momento têm a funcionar o Centro de Dia e o serviço de apoio domiciliário. A instituição em causa recebeu esta semana, da parte da Segurança Social, o acordo relacionado com o apoio para 10 utentes no Centro de Dia. Explica que este acordo tem a ver com o financiamento que a Segurança Social tem de fazer para que esta e instituições idênticas possam dar resposta que compete ao Estado Central. A AIRP tem o "sonho" de concretizar um lar e, efetivamente, faz falta um lar de idosos em boas condições no Poceirão. Trata-se duma freguesia com um índice de envelhecimento muito elevado. O terreno existe, assim como o projeto, por isso é preciso procurar a forma de o investimento se realizar. A Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão está preocupada, e muito bem, em consolidar o investimento que acaba de fazer. Está, na altura, de entrar na fase do equilíbrio e da sustentabilidade para, logo em seguida, pensar num novo investimento. Bom seria que houvesse apoios públicos ao nível da administração central. A nível local, refira-se que

a Câmara Municipal está sempre disponível para fazer parte da solução. Abordaram vários problemas existentes na freguesia do Poceirão; por exemplo: os transportes públicos não existem. No período das férias escolares nem sequer existe o transporte escolar. É uma freguesia muito dispersa. No âmbito das candidaturas ao Portugal 2020 há um projeto chamado de *transporte flexível*. Pagam-se estudos para se perceber onde se vão buscar as pessoas e se definem os circuitos. Depois de formalizada esta candidatura, é preciso averiguar com vários agentes (particulares, instituições, bombeiros, taxistas e outros) como é que no território deste concelho se faz uma rede de transportes. Tem conhecimento que a União das Freguesias do Poceirão e Marateca assegura transporte a pessoas para tratarem dos seus assuntos nas suas delegações. Há que ter uma oferta estruturada. Dá realce ao isolamento das pessoas idosas.

Menciona que o Sr. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca denunciou esta semana nos jornais (e o executivo camarário pôde ver a preocupação dos diretores técnicos da instituição quanto ao que está a acontecer na Extensão de Saúde do Poceirão). Regista-se a ausência de médicos e o facto de as pessoas estarem 'quase' dois meses à espera para terem uma receita médica. Esta preocupação vai ser apresentada ao Sr. Diretor dos Centros de Saúde desta zona.

. Na reunião entre executivos dos dois órgãos autárquicos (Câmara Municipal e União das Freguesias de Poceirão e Marateca) foi focado o tema relacionado com as medidas que se querem tomar para a fixação de mais gente no território destas duas freguesias rurais.

. Estiveram em duas empresas da freguesia do Poceirão que estão ligadas a um dos produtos de excelência do mundo rural: o vinho. Visitaram a Quinta de S. Pedro; falaram dos vinhos "Edmundinho", dos projetos da empresa, do esforço que tem feito desde há várias gerações. É uma empresa familiar com uma produção de 300.000 litros de vinho/ano. A empresa em causa tem estado a investir na embalagem, no engarrafamento e em novos rótulos. É sabido que os vinhos são bons. Visitaram outra empresa que já tem uma estrutura diferente, chamada de Filipe Palhoça; tem vinhos premiados a nível nacional e internacional. Os vinhos denominam-se "S. Filipe" e "Quinta da Invejosa". Tem uma capacidade de produção para 1.000.000 litros de vinho/ano. Tem postos de trabalho permanentes e sazonais. Além destas duas empresas de vinhos, visitaram uma outra ligada à importação de plantas e desmultiplicação das mesmas em estufa para distribuir pelas grandes superfícies comerciais; os viveiros da Quinta do Grupo ONUSA com uma área de, aproximadamente, 50 hectares e que se localiza na Asseiceira. Emprega cerca de 3 dezenas de pessoas da zona e possui uma estrutura importante. Falaram dos projetos da empresa e das oportunidades. Estas empresas foram incentivadas a conhecer os avisos das candidaturas no âmbito do Portugal 2020; os apoios, se forem concedidos, situam-se em 40%, mas se o território estivesse como rural a percentagem do apoio seria muito maior. Considera-se que o território do concelho de Palmela se engloba em Lisboa e, por isso, é considerado "rico" e a ordem do apoio é de 40% a fundo perdido.

. Para amanhã, quinta-feira (16.junho.2016) está agendada uma sessão de trabalho com a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal para falar das medidas que estão previstas

para o mundo rural. A Câmara Municipal de Palmela continua a fazer “pressão” para que as freguesias rurais do seu território não sejam prejudicadas relativamente às candidaturas e a outros programas. Opina que as verbas provenientes das candidaturas que forem realizadas têm de ficar investidas no concelho de Palmela.

. Para sexta-feira (17.junho.2016), está marcada uma conferência de imprensa com a comunicação social, para detalhadamente se fazer o balanço da *'Semana dedicada à freguesia do Poceirão'*. A comissão da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão, também, vai levar a efeito uma conferência de imprensa relacionada com a apresentação de mais uma edição da feira. Dá relevo ao número de atendimentos que estão marcados para ele próprio (Presidente) e os/as Srs./as Vereadores/as com pelouros efetuarem. Os/As munícipes vão ser atendidos nas instalações da Junta de Freguesia do Poceirão. É preciso que façam a marcação prévia.

O **Sr. Presidente** menciona que da discussão entre executivos, resulta como sendo de particular interesse, a elaboração de um plano de conservação por troços para a Estrada Municipal (E.M.) 533, que tem dezenas de quilómetros. Prevê-se despende 50.000 a 100.000 euros/ano, consoante a disponibilidade financeira. A verba deste ano já foi despendida nos 540 metros que foram intervencionados. Faltam as bermas. Informa que está em preparação o processo para uma nova empreitada de conservação permanente para o 2.º semestre do ano, que deve rondar os 117.000 euros e engloba vários troços noutros sítios.

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** explica que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início. Segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** agradece a presença do público. Tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Concede a palavra aos/às munícipes que queiram intervir.

Sr. Casimiro Aleluia (1.)

Apresenta cumprimentos.

Começa por manifestar o seu agrado pela presença do executivo nesta sala e de a reunião de Câmara ter sido descentralizada para as Lagameças. *"É sinal que a localidade de Lagameças não está esquecida."*

Vem reiterar um assunto que já apresentou anteriormente:

- É preciso tomar providências no sentido de que sejam limpas as silvas junto à sua propriedade, à do seu irmão, e à do lote da viúva do Sr. Alegria. *"É um matagal de todo o tamanho."* Qualquer dia, se não forem tomadas medidas, as silvas chegam à churrasqueira "Cigana".

Sr. José Manuel da Silva Cardoso (2.)

Cumprimenta os presentes.

Menciona que o assunto que tem a apresentar refere-se com a conservação das estradas e caminhos. Fazem-se as pavimentações, mas depois é preciso assegurar a conservação. Caso contrário, há deterioração. Há pessoas que usam os tratores e, ao entrarem de qualquer maneira, ocasionam estragos nas bermas. Na rua dos Cardosos há várias partes que estão partidas. Os tratores e as cisternas partem as bermas que estão em alcatrão. É mais trabalho e prejuízo para a Câmara Municipal. Há um espaço entre o alcatrão e o muro que, se fosse calçetado, ficaria melhor. A Autarquia não pode ajudar com a execução do calçamento ou a cedência de pedra para tal?

Sra. Teresa Parreira (3.)

Saúda os presentes.

Vem apresentar um assunto que já teve ocasião de expor ao Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, Sr. José Silvério:

- A rua da Mini-saia é uma estrada estreita com mais de 50 anos de existência. Quando se faz a curva a visibilidade fica diminuída. Há uma parte que está cheia de buracos. É necessário executar as bermas. Há mais estradas nas mesmas condições, mas esta é a rua onde mora e precisa usá-la todos os dias, pelo que vem chamar a atenção. As silvas são imensas.

Sr. Élio Marques (4.)

Apresenta cumprimentos.

Refere que é oriundo das Lagameças. Vem falar da rua 9 de Março, em Cajados, onde mora a sua sogra. Para quando se prevê o alcatroamento da mesma? Passam muitas viaturas, incluindo camiões, e os buracos estão à vista.

Face às questões apresentadas pelo Público, são prestados os seguintes esclarecimentos/respostas:

- Em resposta ao Sr. Casimiro Aleluia (1.), o **Sr. Presidente** sugere a marcação de uma deslocação ao local acompanhada pela Sra. Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território, Dra. Teresa Palaio, de um/a técnico/a e do Sr. Casimiro Aleluia.

- Em resposta ao Sr. José Manuel da Silva Cardoso (2.), o **Sr. Presidente** menciona que o executivo municipal deslocou-se hoje para Aqualva e foram pela rua dos Cardosos. Puderam constatar que há ali alguns problemas. É preciso desmatar as bermas e providenciar a colocação de *toutvenant*. Vai-se prover à sensibilização das pessoas, no sentido de não danificarem as bermas. O que se passa no local é o seguinte: quando os moradores cederam terreno tiveram de recuar os seus muros; tal aconteceu por imposição da Câmara Municipal, porquanto se tem de respeitar a distância de 6,5 metros ao eixo da via. Nalguns casos a Autarquia tem posto *toutvenant* compactado. Quando há disponibilidade para o fazer, a Câmara Municipal cede calçada grossa e as pessoas assumem a obra. O caso apresentado vai ser analisado com os serviços. O espaço público tem de ser preservado e a Câmara Municipal tem, como é óbvio, responsabilidade na sua manutenção.

- Em resposta à Sra. Teresa Parreira (3.), o **Sr. Presidente** explica que nas estradas alcatroadas não compete às Juntas de Freguesia a conservação destas. O novo protocolo (para este ano) estabelecido entre a Câmara Municipal de Palmela e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca passa a descentralização da competência de desmatção nas bermas, no que houver a 'rematar' com alcatrão compete à Câmara Municipal. Assegura que o encarregado da Câmara Municipal vai ser mandado ao local e vão ser feitos 'retoques' na berma até ao limite que leva o alcatrão. A parte da desmatção vai requerer-se ao Sr. Presidente José Silvério a sua melhor colaboração para tratar conjuntamente.

- Em resposta ao Sr. Élio Marques (4.), o **Sr. Presidente** refere que a sua questão é muito oportuna. Não falou neste investimento, porque a rua 9 de Março pertence a outra freguesia; pertence à Marateca. Tem muito gosto em transmitir que consta do compromisso do mandato da CDU a execução desta obra. Assim sendo, esta obra está programada para o segundo semestre deste ano. A rua 9 de Março foi beneficiada até metade e, agora, consta no Plano com o nome de Vale da Abrunheira. Até final de 2016 vai haver obra.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 16/2015, da reunião extraordinária de 17 de julho de 2015.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção das Sras. Vereadoras Adília Candeias e Cristina Rodrigues, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 17/2015, da reunião ordinária de 19 de agosto de 2015.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do/a Sr./a Vereador/a Luís Miguel Calha e Cristina Rodrigues, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 20/2015, da reunião ordinária de 7 de outubro de 2015.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António Braz, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

— ATA n.º 21/2015, da reunião ordinária de 21 de outubro de 2015.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Luís Miguel Calha e António Braz, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 22/2015, da reunião extraordinária de 30 de outubro de 2015.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António Braz, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Equipa de Orientação da Escola Secundária de Pinhal Novo)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Bruno Pessoa)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Nuno Martins)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Rafael Ferreira Reis)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta os presentes e, em seguida, passa à apresentação das Saudações:

SAUDAÇÃO (Equipa de Orientação da Escola Secundária de Pinhal Novo)

"A Escola Secundária de Pinhal Novo conquistou vários títulos nos Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar que se realizaram em Aveiro, nos dias 28 e 29 de maio.

Destacam-se os títulos de Campeões Nacionais por Equipas, obtidos pelas equipas de iniciadas e de iniciados, e de Campeã Nacional, atribuído a Joana Branco.

Também em iniciados, Rodrigo Oliveira foi 2.º classificado, Manuel Oliveira 3.º, João Pedro Pinto 4.º, Tiago Lampreia 5.º e Diogo Lampreia 7.º. Nas damas, Márcia Félix conquistou o 4.º lugar, Maria do Mar Salgueiro ficou em 7.º, Daniela Holdych em 8.º e Marta Costinha em 19.º.

Nos juvenis, registam-se os terceiros lugares obtidos por Ricardo Esteves Ferreira e por Patrícia Romão.

A prestação em Aveiro abre boas perspetivas para o próximo ano letivo e fortes possibilidades de apuramento para o Campeonato do Mundo de Desporto Escolar.

Reunida a 15 de junho, na sede do Rancho Folclórico "Os Fazendeiros das Lagameças", a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Escola Secundária de Pinhal Novo, atletas, docentes, treinadores e direção pelos resultados obtidos nos Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar e, de forma geral, por mais uma época de trabalho de grande qualidade, que veio consolidar o posicionamento da escola e do concelho de Palmela, no âmbito da modalidade, a nível regional e nacional."

Submetida a Saudação (Equipa de Orientação da Escola Secundária de Pinhal Novo) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Bruno Pessoa)

"O jovem pinhalnovoense Bruno Pessoa sagrou-se Vice-Campeão Europeu de tiro (TRAP5), no escalão de juniores, no Campeonato da Europa de TRAP5, que se realizou em Granada, Espanha, nos dias 4 e 5 de junho.

Reunida a 15 de junho, na sede do Rancho Folclórico "Os Fazendeiros das Lagameças", a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Bruno Pessoa por este título europeu, fazendo votos de que continue a trilhar um percurso desportivo recheado de sucessos."

Submetida a Saudação (Bruno Pessoa) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Nuno Martins)

"O judoca Nuno Martins, da Sociedade Filarmónica União Agrícola (SFUA), sagrou-se Campeão Nacional na categoria -50 Kg, no Campeonato Nacional de Juvenis, escalão 13 e 14 anos, que se realizou no dia 11 de junho, no Pavilhão Multiusos de Odivelas.

Participaram no Campeonato cerca de 350 judocas, em representação de 103 clubes de todo o país.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 15 de junho, na sede do Rancho Folclórico "Os Fazendeiros das Lagameças", **saúda** o judoca Nuno Martins, bem como as equipas desportiva e dirigente da SFUA pelo resultado alcançado, que além da qualidade individual do atleta, a quem endereçamos votos de sucessos continuados, sublinha a qualidade do trabalho formativo que a coletividade tem vindo a desenvolver no âmbito do Judo, ao longo dos últimos anos."

Submetida a Saudação (Nuno Martins) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SAUDAÇÃO (Rafael Ferreira Reis)

"A Câmara Municipal de Palmela felicita o ciclista palmelense Rafael Reis pela vitória no 26.º Grande Prémio Jornal de Notícias, que terminou a 5 de junho, com a etapa Matosinhos-Porto.

Em maio, o ciclista da equipa W52 - F.C. Porto segurou, pelo segundo mês consecutivo, a liderança do *ranking* Ciclista do Ano da Associação Portuguesa de Ciclistas Profissionais.

Reunida a 15 de junho, na sede do Rancho Folclórico "Os Fazendeiros das Lagameças", a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Rafael Reis pela conquista de mais um galardão numa prova emblemática do ciclismo nacional, que sublinha a época de ouro que tem estado a viver, dignificando a sua equipa, a sua modalidade e o concelho de Palmela."

Submetida a Saudação (Rafael Ferreira Reis) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Alteração da data da próxima reunião de Câmara ordinária** – O **Sr. Presidente** informa que a '*Semana dedicada à freguesia de Palmela*' vai decorrer de 28 de junho a 1 de julho. Há a registar a seguinte particularidade: a reunião de Câmara descentralizada, em vez de ser na quarta-feira (30 de junho) às 21.00 horas, vai ser adiada para quinta-feira à mesma hora, porque na quarta-feira vai ter lugar a abertura das Festas de S. Pedro da Marateca.

Mais informa que a reunião de Câmara vai decorrer na Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha.

• **Ações de prevenção de defesa da floresta contra incêndios** – O **Sr. Presidente** dá conhecimento que, no âmbito das ações de prevenção de defesa da floresta contra incêndios, foram executadas no terreno por administração direta e em parceria (por trabalhadores da Divisão de Conservação e Logística do Município, do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida) várias ações, aprovadas pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Esta Comissão Municipal define as prioridades, nomeadamente, a limpeza de bermas e caminhos na área do Parque Natural da Arrábida (incluindo reparação do caminho de acesso ao posto de vigia da Serra de S. Luís e limpeza da área envolvente) e a reparação de caminhos florestais que são considerados fundamentais para terem acessibilidade, em caso de necessidade dos carros de bombeiros naquela zona protegida.

Refere que estes trabalhos decorreram entre o mês de maio e junho com alguns pequenos melhoramentos; foram executados 10 troços de caminhos florestais, vários caminhos municipais, entre outros, num total de 28 quilómetros, e que se situam nas encostas da serra de S. Luís – Arrábida.

• **Fins-de-semana gastronómicos do petisco** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que se inicia esta sexta-feira (17 de junho) e prolonga-se até dia 26 de junho a 1.ª edição dos fins-de-semana gastronómicos do petisco; é uma novidade no âmbito do programa *Palmela Experiências com Sabor*. Esta é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Palmela, a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul e os agentes de restauração do concelho. Participam, nestes fins-de-semana gastronómicos, 20 restaurantes que vão marcar presença apresentando os petiscos mais tradicionais da região – com receita clássica ou com propostas inovadoras – e sempre em harmonização com os vinhos da Península

de Setúbal. Num contributo que se entende ser bastante valioso para a promoção da gastronomia local e, também, para a dinamização do setor da restauração enquanto elemento diferenciador da oferta turística.

• **Programas para as férias de verão – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que o Município de Palmela e um conjunto de entidades parceiras vão promover várias e diversificadas propostas para a ocupação dos tempos livres e de apoio às famílias, no período das férias escolares. Destacam-se atividades desportivas e culturais de diversa natureza. Apresenta-se um sublinhado para o programa “Uma aventura no Castelo dos Ventos”, que convida a uma viagem de descoberta do castelo de Palmela, a partir da obra com o mesmo nome, de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães; e, inclui uma visita aos Moinhos da Serra do Louro e uma noite no grupo de teatro O Bando.

Mais refere que, entre julho e setembro, os Centros de Recursos para a Juventude vão colocar em prática o programa “CRJ’s no verão”. Este programa reúne um vasto conjunto de atividades, desde passeios temáticos a idas à praia, passando por jogos de *team building*, desporto aventura ou ações de formação diversas.

Mais informa que a Rede Municipal de Bibliotecas Públicas vai ter um programa especial para o verão, intitulado “Biblioteca Municipal... um lugar ideal para brincar!”, que vai ocupar as tardes em todas as Bibliotecas e polos de Bibliotecas do concelho, às terças, quartas e quintas-feiras, entre julho e início de setembro.

Adianta que a Passos e Compassos vai realizar entre 20 de junho e 1 de julho, mais uma edição das Férias Culturais de verão. Entre outras atividades e propostas, destacam-se os ateliês para abordagem de expressões artísticas, nomeadamente: dança, música, teatro e cinema – e, ainda, visitas ao património cultural local.

Por último, a Palmela Desporto E.M., desenvolve entre 27 de junho e 29 de julho, as Férias Desportivas de verão, a decorrer na Piscina Municipal de Pinhal Novo e no Pavilhão Desportivo Municipal com várias modalidades, entre as quais, andebol, atletismo, *badminton*, basquetebol, caminhada, futebol/futsal, ginástica, hip-hop, jogos tradicionais, natação, orientação e zumba. Uma referência, igualmente, importante para um conjunto de programas próprios que serão realizados por parte das Juntas de Freguesia do concelho; programas estes que são apoiados pela Câmara Municipal e, no caso concreto da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, há lugar à cedência de transportes.

• **3.ª Feira Medieval de Palmela / Ritual Almenara – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a Câmara Municipal e os respetivos parceiros estão a preparar a 3.ª edição da Feira Medieval de Palmela, que se realiza entre os dias 23 e 25 de setembro. O grande sucesso alcançado pelas edições anteriores contribui para a expectativa criada à volta do evento. O tema

central da edição deste ano da Feira Medieval é a recriação histórica e vai ser centrada na vinda da sede da Ordem de Santiago, anteriormente instalada em Alcácer do Sal, para Palmela em 1482. O Infante D. João, filho de D. João I, administrador da Ordem reconheceu a importância de aproximar a sede da melícia de Lisboa e entendeu que o Castelo de Palmela seria o lugar ideal, quer pela sua localização cimeira, assim como pela existência de espaço para a construção do convento dentro das muralhas. A Feira Medieval é antecedida pela realização do ritual Almenara a 17 de setembro, numa parceria entre o Município de Palmela, o Município de Lisboa e a EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa, que vai ligar os Castelos de Palmela e de São Jorge, através da recriação do episódio histórico, ocorrido durante a crise dinástica de 1383-1385. No cerco a Lisboa pelos castelhanos e após a vitória na batalha dos Atoleiros, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira acendeu grandes fogueiras (Almenaras) no Castelo de Palmela para alertar o Mestre de Avis, em Lisboa, de que a ajuda estava próxima. Vai haver a recriação de um ritual envolvendo estes dois Municípios e a Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa. Considera-se que estes dois eventos (a 3.ª Feira Medieval de Palmela e o Ritual Almenara) são de enorme relevância, de forte impacto turístico e cénico e vão, certamente, contribuir para aumentar a notoriedade de Palmela e, sobretudo, para incentivar a criação de novos produtos turísticos de qualidade ancorados em conteúdos históricos e culturais cientificamente validados e de carácter inovador.

• **Calendário desportivo do concelho de Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** regista a forte aposta do Município de Palmela na promoção e desenvolvimento do desporto consubstanciada no calendário desportivo do concelho até ao final de 2016, com eventos organizados pela Câmara Municipal ou resultado de parcerias com outras entidades, numa postura pro ativa do Município com vista a atrair eventos de referência para o concelho. Sublinha a realização do Campeonato Nacional de Contrarrelógio – Elite, Masters e Paraciclismo, em julho; a Volta a Portugal em bicicleta, com uma meta volante em Palmela na 9.ª etapa, em agosto; o Palmela Run, em setembro que conta com perto de 500 participantes; o Campeonato Nacional de Rampa em ciclismo e a Granfondo Arrábida, em outubro; os Campeonatos Nacionais de Judo (juvenis e juniores) e o 11.º Grande Prémio da Arrábida em atletismo, estes últimos em novembro. Estes são os eventos que vão marcar a atualidade desportiva nos próximos meses. Trata-se de um calendário diversificado e de grande qualidade, que constitui simultaneamente, um incentivo à adoção de hábitos de vida saudáveis pela população e vai contribuir para a promoção de Palmela, enquanto destino turístico de excelência.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** saúda os presentes.

• **Desfile anual “Moda Praia Sénior” – O Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que no Parque Urbano da Albarquel, em Setúbal, vai ocorrer, no próximo dia 17 de junho, a V edição do desfile anual “Moda Praia Sénior”. Esta iniciativa tem a participação de oito Instituições

Particulares de Solidariedade Social do concelho. Estima-se que o Município de Setúbal queira vir a aderir a esta iniciativa, porque é muito interessante. São cerca de 130 participantes, sendo que 30 utentes são modelos, e vão desfilar.

Mais refere que o objetivo principal desta festa é o desfile, divertir e proporcionar divertimento, tanto aos seus protagonistas, como às demais pessoas presentes. O desfile inicia-se cerca das 11.00 horas, seguindo-se a entrega dos respetivos diplomas aos/às “modelos” participantes, prosseguindo o dia com o almoço-piquenique dos grupos. É tempo disponível para descontrair e usufruir da beleza deste espaço.

Termina dizendo que esta é uma das atividades favoritas dos/as utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a par de todas as que se realizam ao ar livre, por proporcionar momentos de animação e alegre convívio entre os grupos.

• **Comemorações do “Dia Mundial do Dador de Sangue” – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que se vão realizar as comemorações do “Dia Mundial do Dador de Sangue”, no próximo dia 19 de junho, na freguesia do Poceirão. Regista que Poceirão vai ser o ‘coração’ do país em termos de dádiva de sangue, numa organização conjunta da FEPODABES – Federação Portuguesa dos Dadores Benévolos de Sangue e da Associação de Dadores de Sangue na Freguesia do Poceirão; e conta com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, do Rancho Folclórico do Poceirão, do Grupo de Escuteiros de Poceirão, da Parmalat, dos Vinicultores da região e da Quinta de S. João. Esta organização prevê a participação de cerca de 1.200 pessoas na iniciativa; vêm de todo o país e das ilhas. É um evento com um marco a nível nacional e que, este ano, tem a honra de ser recebido no Poceirão.

Mais refere que a programação tem início às 10.00 horas, com a receção às entidades convidadas na EB Poceirão 1, onde se encontra a sede da Associação de Dadores de Sangue na Freguesia do Poceirão, seguindo-se um desfile equestre, com a participação de alguns grupos. No palco exterior do Parque Mário Bento será feita a sessão solene de boas vindas a todos/as os/as participantes. O almoço convívio decorre no pavilhão deste mesmo parque, cerca das 13.00 horas. No período da tarde, estão previstas diversas atuações de ranchos folclóricos e de grupos corais, ao que se segue uma intervenção dirigida aos Dadores de Sangue com entrega de diplomas. A iniciativa termina pelas 18.00 horas, com a oferta da tradicional da sopa caramela.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta cumprimentos.

• **Empresa SUMA - Recolha de monos** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** intervém relativamente a uma nota que saiu e que está relacionada com o incumprimento do contratualizado pela empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.. A Câmara Municipal de Palmela divulgou a dificuldade que está a ser sentida. A questão que tem a apresentar prende-se em saber quais foram os procedimentos tomados em relação à empresa em causa, por forma a que o Município seja plenamente ressarcido dos inconvenientes da quebra contratual, porque, percebendo que a SUMA não foi vencedora do concurso que lhe prolongaria a prestação do seu serviço, é óbvio que o contrato em vigor tem de ser cumprido até ao fim. Opina que a posição da Câmara Municipal tem de ser forte ou, se quiser, vigorosa.

• **Programa da fruta escolar** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere-se ao programa da fruta escolar, dizendo que este programa emana da União Europeia como promoção de hábitos saudáveis, com o intuito de combater a obesidade na faixa infantil e juvenil e de fazer a prevenção do cancro e da tensão arterial. É um programa com efeitos comprovados.

Mais refere que existem 22 milhões de crianças na União Europeia com excesso de peso, sendo que 5 milhões de crianças são obesas. Bom seria que estes números fossem conhecidos nas escolas.

Ainda sobre esta temática, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que a dose diária recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 400 gramas de fruta. O programa da fruta escolar reporta-se a duas peças de fruta por semana por aluno/a, o que parece ser insuficiente. É de opinião que seria recomendável 1 peça de fruta/dia, que nem sequer corresponde à dose que as crianças devem ter. É preciso que se criem hábitos e esses são criados todos os dias. Provavelmente o fornecimento de duas peças de fruta por semana a cada aluno/a está relacionado com o fator económico, mas poder-se-ia tomar a opção de deixar de fazer outra iniciativa e passar a fornecer uma peça de fruta por dia a cada criança.

• **Programas para as férias de verão** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere-se às informações adiantadas pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha, dizendo que este Vereador fez, mais uma vez, um resumo extensivo dos programas que existem no concelho e alguns até se atropelam em datas e locais. Com reporte aos programas para as férias de verão, fica sem perceber qual é a resposta da Câmara Municipal, em termos sociais, para as crianças cujos pais não podem custear as despesas que estes programas acarretam. Está a pensar naqueles/naquelas crianças que, pura e simplesmente, os/as seus/suas pais/mães não podem pagar os programas em causa. Opina que o critério económico pode e deve ser implementado, de modo a que não haja crianças que fiquem fora dos programas. Falta esta resposta. É altura de se dar um passo efetivo, por forma a que haja uma resposta, também ela, efetiva.

Termina dizendo que nada tem a obstar contra as férias culturais do Dançarte, mas defende que as férias culturais podem ser em qualquer altura do ano.

O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes.

• **Transporte escolar para as crianças que frequentam o pré-escolar** – O **Sr. Vereador António Braz** congratula-se com a efetivação do transporte escolar para as crianças do pré-escolar.

• **Repavimentação da Estrada Municipal (EM) 533** – O **Sr. Vereador António Braz** intervém relativamente a um assunto que o preocupa:

. Atendendo a que o Sr. Presidente tem dado a informação de que a Câmara Municipal vai pavimentar a EM 533 por troços de 540 metros/ano e, eventualmente, o dobro (1.080 metros/ano) e sendo a extensão desta estrada de 18 quilómetros, verifica-se que a repavimentação vai levar 36 anos (no caso de 540 metros/ano) ou 18 anos (no caso de 1.080 metros/ano).

O **Sr. Vereador António Braz** regista que os/a Vereadores/a do PS assumiriam uma opção diferente, caso estivessem na gestão da Autarquia. A EM 533, para além de servir uma população já de si com dificuldade de mobilidade, serve empresas e é o acesso ao kartódromo internacional de Palmela. Regista que o troço intervencionado, a cerca de 1 quilómetro de distância das Lagameças, está bem concebido. A sinalização horizontal também está feita nas devidas condições. É de opinião que a Câmara Municipal de Palmela devia ter a repavimentação da EM 533 como uma prioridade. Esta seria, também, uma forma de fixar mais entidades que quisessem investir nesta área. Um/a empresário/a que tenha necessidade de intervir nesta região vai, necessariamente, ter de avaliar as condições em que estão as vias de acesso.

O **Sr. Vereador António Braz** faz a seguinte sugestão:

- Que ao longo da EM 533 – nas zonas habitacionais - possam ser executados passeios para que as pessoas possam andar/caminhar em maior segurança. Não está habilitado para fazer uma avaliação técnica quanto a esta sugestão, mas está certo de uma intervenção desta ordem, resultaria numa mais-valia para as pessoas.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes.

_ Empresa SUMA - Recolha de monos (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** começa por responder que uma rigorosa gestão dos dinheiros públicos implica necessariamente a adoção de medidas adequadas ao incumprimento por parte da empresa SUMA. Como tal, já foi proferido despacho no sentido de serem aplicadas as devidas penalidades contratuais e, inclusivamente, aferir se eventuais danos possam existir e quais são as consequências legais que daí se possam retirar. De todo modo, há a acrescentar que a firma SUMA colocou, desde ontem, três veículos pesados a funcionar, no sentido de dar uma cabal resposta ao serviço que tem para executar.

_ Programas para as férias de verão (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** intervém dizendo *"Começava por recordar ao Sr. Vereador Pedro Taleço que há um ditado popular que diz: quem muito fala, pouco acerta. Não foi o caso do Sr. Vereador que até falou pouco, o problema é que não acertou nada. Foi tudo ao lado!"* Tem a esclarecer que de todos os programas para as férias de verão de que falou, há vários que são de natureza gratuita, ou seja, são uma resposta social de relevo para as famílias que pagam zero. Desde o programa dos Centros de Recursos para a Juventude (CRJ's) ao programa das bibliotecas municipais, são a resposta da Autarquia em que as famílias têm ao seu dispor um conjunto muito alargado de atividades em que os/as seus/suas filhos/filhas podem participar. Trata-se duma resposta social que é da maior importância.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** tem a enfatizar o seguinte: é um conjunto de atividades muito diversificado, de qualidade, promovidas por instituições e pelas autarquias locais (Câmara Municipal de Palmela e Juntas de Freguesia do concelho) constituem uma resposta clara e inequívoca à comunidade neste território. Crê que o Sr. Vereador (dirigindo-se ao Sr. Vereador Pedro Taleço) tem todas as condições e possibilidades para valorizar os programas que ele próprio acaba por informar nesta reunião. Lamenta que não tenha tido essa sensibilidade e tenha optado por desvalorizar os programas que têm vindo a ser muito procurados pelas famílias e têm vindo a ficar esgotados ao longo dos anos.

A propósito deste assunto intervém, novamente, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** para referir o seguinte:

- Lança um desafio ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha: *"Tente criar um programa para uma criança no verão que funcione de forma contínua!"*

Mais refere o **Sr. Vereador Pedro Taleço** que conhece as respostas da Autarquia e considera-as dispersas. Os CRJ's fazem um dia na praia e depois um dia de atividade; não têm uma semana contínua. E expressa o seguinte: *"Eu acho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal está muito mal informado sobre o que a Câmara fazia enquanto era Presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo. Mas, isso fazia parte da sua estratégia eleitoral que era o de afrontar a Câmara Municipal de Palmela".* Os/As pais/mães trabalham no período do verão e não têm

onde deixar os/as seus/suas filhos/filhas. O seu desafio vai no sentido de se pegar no programa e construir-se uma semana ocupacional. A ponderar-se a questão social e caso os/as pais/mães não possam pagar, torna-se impossível a participação das crianças. Não está a desvalorizar os programas de verão, pois a sua intervenção é feita na perspetiva do melhoramento. Há muito para aperfeiçoar. Está a referir-se especificamente àqueles pais e mães que não podem pagar umas férias e cujos filhos/as não podiam ir à escola se não tivessem apoio escolar. Esta é a resposta que os/a Eleitos/a do PS dariam, caso estivessem na gestão desta Autarquia.

O **Sr. Presidente** tece a seguinte observação: não conhece nenhuma Autarquia no país que tenha a lógica dos programas que o Sr. Vereador Pedro Taleço aqui quer "vender". A Câmara Municipal de Palmela tem um programa que responde às crianças todos os dias e não somente nos períodos das férias escolares. A resposta que é dada por este município é aquela que é dada pelos vários parceiros que estão no território. E continua, dando ênfase a que: quando a Palmela Desporto, Empresa Municipal, enceta os programas das férias desportivas fá-las a preços que são acessíveis, porque é uma Empresa Municipal. O Município de Palmela tem responsabilidade nesta política de oferta. A Junta de Freguesia do Pinhal Novo tem critérios de admissão das crianças nos programas de férias, dando prioridade aos/às filhos/as dos beneficiários do rendimento social de inserção fazendo a aferição dos rendimentos dos agregados. A própria União das Freguesias de Poceirão e Marateca também prioriza as crianças com mais necessidades. Essa seriação de quem tem mais necessidade tem em conta a inclusão social. Os programas em questão são apoiados em transportes e em equipamentos desportivos por este Município. Atenda-se, ainda, aos programas dos Centros de Recursos para a Juventude (CRJ's). Naturalmente que não há a pretensão de dar uma resposta integral para a totalidade dos dias de férias escolares. Cada família tem as suas opções. A oferta existe. Também há famílias que não querem deixar os/as seus/suas filhos/as participar nos programas das férias escolares, porque receiam que algo aconteça. Ainda há o caso das crianças com mau comportamento. A verdade é que cada família é um mundo e quem trabalha na área social e atende um número elevado de pessoas é que consegue ter a perceção do que vai no espírito de cada um dos cidadãos/ãs. O Município de Palmela é possuidor de uma oferta que está a aumentar de ano para ano. Há projetos/programas que vão ser anunciados e, inclusivamente, ações de formação na área da proteção civil e outras. O objetivo é proporcionar uma ocupação saudável dos tempos livres das crianças e dos jovens.

Referindo-se ao Sr. Vereador Pedro Taleço (que é também trabalhador desta Autarquia), o **Sr. Presidente** diz que: *"Os programas em que o senhor trabalhou para a mesma Autarquia CDU noutros tempos, também valiam aquilo que valiam: eram sempre insuficientes!"*.

- _ Programa relacionado com a fruta escolar (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço)
- O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa por enaltecer a importância de que se revestem os

programas da fruta escolar, assim como da alimentação saudável. Esta experiência que emana da União Europeia tem uma grande participação do Ministério da Agricultura e, por essa via, a intervenção junto dos Municípios aderentes é relevante. Há que ter em linha de conta aquilo que é o papel das famílias. O programa da fruta escolar é uma medida de promoção de hábitos saudáveis, mas mal seria se as crianças comessem fruta só em dois dias da semana. Como é evidente, esses hábitos têm de se estender às famílias. Quer os/as alunos/as do pré-escolar, quer os/as alunos/as do 1.º ciclo é habitual trazerem uma peça de fruta para a escola. O programa da fruta escolar tem, também, o intuito de fazer essa devolução às famílias. Está em crer que num território rural é mais fácil a propagação do consumo da fruta do que num território urbano. Este programa podia ser uma oportunidade para os produtores locais fornecerem determinados lotes de fruta às escolas e escoarem os seus produtos, mas tal não é possível, devido à forma como a União Europeia e o Ministério da Agricultura têm as candidaturas formadas. Há pouco tempo esteve uma fiscalização a inspecionar se estavam a ser cumpridas as regras que são impostas. Só os grandes grupos podem concorrer, o que não é justo. A mudar-se esta forma de atuação e a simplificarem-se os procedimentos podia tornar-se possível que os produtores locais pudessem concorrer e, assim, escoar-se-ia a produção local. Desta forma estariam “mais” de acordo com o que é o Pacto de Milão. Os municípios que aderiram ao programa da fruta escolar estão interessados no objetivo do que deve ser a educação por uma alimentação saudável.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** alude a que é necessário combater a obesidade. A informação relatada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço de que *"(...) existem 22 milhões de crianças na União Europeia com excesso de peso, sendo que 5 milhões de crianças são obesas (...)"* respeita a dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). São números “assustadores”. É preciso trabalhar de forma organizada para que nas escolas e nas famílias sejam incentivados hábitos de alimentação saudável a começar pelo consumo da fruta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes.

A propósito deste assunto, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** solicita o uso da palavra para mencionar que a sua dúvida prende-se em saber se este programa da fruta escolar vem desde 2010. Gostaria, igualmente, de ser informado sobre qual é o montante em causa e, ainda, qual é o envolvimento da Câmara Municipal em termos do apoio efetivo conjugado com o que é o apoio do Ministério da Agricultura.

Termina tecendo o seguinte comentário: não quer estender-se na sua intervenção para que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha não venha proferir o ditado popular *"quem muito fala, pouco acerta"*.

O **Sr. Presidente** efetua as seguintes explicações relativamente ao programa da fruta escolar:

. O programa em causa data do ano de 2009 e diz respeito a uma estratégia europeia que tem por objetivo a criação de hábitos de alimentação saudável. Este programa é participado

com verbas provenientes do Ministério da Agricultura, sendo que os Municípios envolvidos organizam o processo de contratação de acordo com regras impostas pelo Estado Português para o fornecimento (dois dias/semana) de fruta a todos/as os/as alunos/as do 1.º ciclo do ensino básico.

. O que a Autarquia vem anunciar e vai reiterar na altura certa (em reunião do Conselho Municipal de Educação e na abertura do próximo ano letivo), a par de outras medidas, é que entendeu as expensas suas levar o regime da fruta escolar aos/às meninos/as do pré-escolar. O que vai ser feito no pré-escolar é idêntico ao que sucede com os/as alunos/as do 1.º ciclo com a única diferença que é o Município que custeia a totalidade da despesa. A informação técnica produzida aponta para um determinado número de alunos/as e regista uma estimativa orçamental (que não está em condições de agora precisar), mas é um extra. Realça que a Câmara Municipal de Palmela vai além do que a lei impõe. O mesmo sucede com o transporte escolar: a lei impõe que sejam transportados os/as alunos/as que distam a 4 quilómetros da distância casa-escola e a Autarquia fá-lo para a distância de 2 quilómetros. O mesmo sucede com as atividades de apoio à família. Opina que é muito fácil aos/às Srs./as Vereadores/as da oposição afirmarem que assegurariam, caso estivessem na gestão, fruta nos 5 dias úteis da semana ou que alcatroariam a estrada duma só vez, em vez de o fazer por troços, mas isso só acontece porque não estão a assumir as funções de gestão. Folga em saber que o Sr. Vereador Pedro Taleço clarifica a posição do PS: é contra as candidaturas que são apresentadas para o território, assim sendo é contra a comparticipação que a Câmara Municipal assume para construção do Centro de Saúde de Pinhal Novo, é contra as verbas que são investidas na obra para prevenir derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela. Afinal o Sr. Vereador Pedro Taleço é contra todos os projetos comunitários que vão ser concretizados no terreno e que propiciam o desenvolvimento do território, porque, tal como o refere insistentemente, os/as Srs./as Vereadores/as do PS “fariam de forma diferente” e “não apresentariam essas candidaturas”. Pois, os/as Eleitos/as da CDU estão enormemente satisfeitos por ter conseguido apresentar candidaturas que no pacto da Área Metropolitana de Lisboa (AML) significam que o Município de Palmela (sem ser o que tem mais população e possuidor de ‘outro tipo’ de rácios) é o sexto Município da AML que apresentou mais projetos e vai receber a sexta maior tranche. O PEDUS (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável) para Palmela tem mais verbas do que outros Municípios, por exemplo, do que o Município de Setúbal. Isto é mérito do trabalho técnico que foi feito no sentido de trazer verbas para serem investidas no território. Referindo-se ao programa autárquico do PS, o **Sr. Presidente** salienta que nele não consta o alcatroamento da EM 533; no entanto, afirmam que fariam o alcatroamento da mesma duma só vez, criticando a Autarquia por estar a fazê-lo por troços. Considera que o Sr. Vereador Pedro Taleço tem aprendido muito este ano, inclusivamente o nome das ruas. O Sr. Vereador Pedro Taleço tem pelouros atribuídos (Toponímia, Cemitérios, Iluminação Pública) o que não sucede em Câmaras Municipais sob gestão do PS que não atribuem pelouros aos/às Eleitos/as da

oposição. É de opinião (continuando a referir-se ao Sr. Vereador Pedro Taleço) que devia usar de bom senso e ser 'um bocadinho' mais comedido nas palavras que usa.

Considera estarem prestados os esclarecimentos relativamente ao programa da fruta escolar.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** saúda os presentes.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** menciona que julga não incorrer em erro ao afirmar que 68% do custo com o programa da fruta escolar respeita à União Europeia e o restante é suportado pelo Ministério da Agricultura.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que há os custos diretos que se referem ao valor da fruta e há os custos indiretos. Os custos indiretos dizem respeito à distribuição que é preciso ser assegurada. Há ações que vão para além da distribuição da fruta e honra se faça aos três Agrupamentos de Escolas que colaboram no acompanhamento deste programa e na organização de visitas a quintas, a mercados, a centros hortofrutícolas. A dinamização do programa da fruta escolar vai mais além do que o fornecimento de duas peças de fruta/semana aos/às alunos/as.

O **Sr. Presidente** acrescenta que os Agrupamentos de Escolas estão a fazer mais do que o que consta no programa. Oportunamente vão ser dadas a conhecer medidas que estão a ser tomadas no âmbito da adesão do Município de Palmela ao pacto de Milão e que envolve associações de agricultores, estabelecimentos comerciais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, entre outras.

_ Repavimentação da EM 533 (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** menciona que no programa eleitoral da CDU para a Câmara Municipal de Palmela consta a pavimentação da EM 533 por troços, ou seja, que tal seja feito faseadamente. Refira-se que o programa eleitoral da CDU está a ser integralmente cumprido.

Acrescenta o **Sr. Presidente** que: atenda-se a que, no ano de 2011, chegaram a estar previstas 12 milhões de euros em taxas urbanísticas por via da plataforma logística do Poceirão e, caso tal desenvolvimento se tivesse dado, teria sido efetuada a repavimentação e o alargamento da EM 533-1 (desde a fábrica dos eletrodos até ao cruzamento da rua dos Marçalos, em Cajados). O que é facto é que a plataforma logística do Poceirão não se concretizou. Com os poucos recursos que a Câmara Municipal tem foi tomada a opção de efetivar a repavimentação da EM 533 por troços, ou seja, faseadamente. O **Sr. Presidente** observa que os/as Eleitos/as do PS têm vindo a mudar de opinião, na medida em que, há uns anos, manifestavam insatisfação com as verbas que a Autarquia empregava na cultura; atualmente, expressam que é preciso investir mais na cultura. Em matéria de rede viária, mobilidade e acessibilidade o índice de investimento da Autarquia tem vindo a ultrapassar os 2 milhões de euros, prevendo-se que, nos próximos dois anos, se vá atingir os 4 milhões de

euros. As ciclovias estão englobadas neste cálculo. No programa eleitoral da CDU consta a repavimentação por troços de 300 metros, mas o que tem vindo a ser feito é na ordem dos 500 metros/troço. A Câmara Municipal tem de assegurar e atender a mais ações, projetos e obras. Até se está a prever a execução de uma rotunda na EM 533, estando em curso os trabalhos de negociação e expropriação dos proprietários dos terrenos. Caso se optasse por fazer a repavimentação da EM 533 de uma só vez tornar-se-ia impossível atender ao alcatroamento de outras estradas. Referindo-se aos/as Srs./as Vereadores/as do PS, o **Sr. Presidente** tece o comentário de que “jogam” o discurso político conforme as conveniências. Já assistiu a uma sessão da Assembleia Municipal em que um Eleito de um outro partido político opinava que a EM 533 devia ser alcatroada duma só vez. Muito bem, tem direito à sua opinião. Mas, assim sendo, quais são as obras que tem de deixar de fazer? Atenda-se que a Câmara Municipal de Palmela tem capacidade para contrair empréstimos bancários. Ainda se recorda do tempo em que os/as Srs./as Vereadores/as do PS votavam contra as propostas de contração de empréstimos. É evidente que os/as Eleitos/as da CDU estão disponíveis para fazer sempre melhor, mas a forma como o assunto é abordado, fazendo uma política de “terra queimada” não serve para nada, além de que é uma forma incorreta de desvalorizar um esforço que está a ser feito num momento em que não há verbas avultadas. A maioria em gestão tem vindo a fazer um percurso de recuperação e reinvestimento muito acima do que eram as expectativas iniciais. As contas vão ser apresentadas na altura certa. Os/as Eleitos/as da oposição têm sempre muita dificuldade em reconhecer a justeza dos números. Por acaso ao reler a ata que aprovou a última Prestação de Contas pôde constatar que os/as Srs./as Vereadores/as da oposição reconhecem a adequação de algumas das medidas e propostas levadas à concretização. A posição fulcral é a de que, caso estivessem na gestão, fariam diferente, fariam melhor? Não acredita.

O **Sr. Presidente** recorda que numa reunião anterior já foi falado que a execução de bermas e passeios ao longo da EM 533 (nas zonas dos núcleos urbanos) está em estudo. Em frente ao jardim de infância das Lagameças vai ser executado um passeio, mas é necessária a colaboração dos particulares, porque existem alguns marcos a definir a propriedade. Se o Plano Diretor Municipal (PDM) obrigar a recuar 7,5 metros em vez de 6,5 metros há lugar à cedência desses terrenos para domínio público e pode-se pensar num projeto integrado para os núcleos urbanos que são atravessados por Estradas Municipais. As Estradas Municipais (EM) e as Estradas Nacionais (EN) são vias de 3º e 4º nível, pelo que não se pode andar a pé nas bermas. O fenómeno do território deste concelho é de aglomerados urbanos nestas zonas dispersas em torno das estradas e é nessas zonas que se define o aglomerado urbano. A executarem-se passeios – nalgumas zonas – à porta de estabelecimentos comerciais ninguém vai parar para os frequentar; às vezes, é preferível ter a berma com valeta espriada, seja calçetada, seja alcatroada. Em determinadas zonas é suficiente a colocação de um rail metálico de proteção entre as viaturas e os peões deixando um corredor de ligação do outro lado. A

prioridade é a repavimentação por troços da EM 533. Está, igualmente, a ser estudado o acesso às paragens de autocarro. A Autarquia recebeu uma justa reclamação a propósito da necessidade da pintura das passadeiras e das bandas cromáticas, estando os serviços camarários a desenvolver os procedimentos necessários para paulatinamente e de acordo com as disponibilidades financeiras serem realizadas as mesmas.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Sra. Chefe de Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 18.05.2016 e 14.06.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 16.05.2016 e 10.06.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.05.2016 a 14.06.2016, no valor de 3.760.458,88 € (três milhões, setecentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 14.06.2016, apresenta um saldo de 7.925.647,45 € (sete milhões, novecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.915.922,86 € (seis milhões, novecentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois euros e oitenta e seis cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.009.724,59 € (um milhão, nove mil, setecentos e vinte e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Representação Institucional.

PROPOSTA N.º GAP 01_15-16:

«Por deliberação aprovada na reunião pública de 15/10/2014, a Câmara Municipal procedeu à designação dos representantes do Município em diversas entidades por si participadas. Após essa data verificaram-se alterações internas com influência do quadro da representação institucional, na sua maioria decorrentes da entrada em vigor da nova Estrutura Orgânica, publicada no DR 2.ª Série, nº 66, de 5 de abril de 2016.

Face ao exposto e com a finalidade de garantir uma participação e intervenção adequadas nas entidades de direito público e privado, bem como, de organismos de gestão e/ou consultivos da administração central, torna-se necessário proceder a nova designação, nos termos da lei, dos representantes da Câmara Municipal, bem como a atualização das suas funções e da orgânica em que se encontram inseridos, pelo que **se propõe**,

1. Nos termos do disposto na alínea oo) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designar representantes na assembleia geral das empresas locais ou em entidades nas quais o município participe:

- a) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral e na Direção da Associação Artemrede – Teatros Associados, e o Dr. José Manuel Calado Mendes, Chefe da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- b) A Dra. Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme, técnica superior da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local, para substituir o Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha na Assembleia Geral da Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira, nas suas faltas ou impedimentos;
- c) A Dra. Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme, técnica superior da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local, para substituir o Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha na Assembleia Geral da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal – Costa Azul, nas suas faltas ou impedimentos;
- d) A Dra. Ana Paula Magalhães, Chefe da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local, para representar a Câmara Municipal na Direção da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal – Costa Azul;
- e) O Dr. José Calado Mendes, Chefe da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da ADREPAL, Lda.;
- f) A Dra. Maria Teresa da Encarnação Rosendo, técnica superior da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para substituir o Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha na Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Museologia, nas suas faltas ou impedimentos;
- g) A Dra. Maria Teresa da Encarnação Rosendo, técnica superior da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para substituir o Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha na Assembleia Geral da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, nas suas faltas ou impedimentos;
- h) O Eng.º João Carlos Alves Faim, Chefe da Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos, para substituir a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho na Assembleia Geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., nas suas faltas ou impedimentos;
- i) O Eng.º João Carlos Alves Faim, Chefe da Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos, para substituir a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho na Assembleia Geral da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., nas suas faltas ou impedimentos;
- j) O Eng.º João Carlos Alves Faim, Chefe da Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos, para substituir a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho na

Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, nas suas faltas ou impedimentos;

2. Nos termos do disposto na alínea oo) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do ponto 23-III dos termos do Protocolo de Funcionamento em parceria do Centro de Cidadania Ativa, designar a Dra. Sandrine Marçano Palhinhos, técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social, para representar a Câmara Municipal no Conselho Consultivo Estratégico do Centro de Cidadania Ativa.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço, Cristina Rodrigues e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Os/a Srs./a Vereadores/a do PS apresentam declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS/A SRS./A VEREADORES/A DO PS (António Braz, Pedro Taleço e Cristina Rodrigues)

"A Vereadora e os Vereadores do Partido Socialista decidem abster-se relativamente à proposta em apreço, por entenderem que as nomeações agora apresentadas são referentes a atos de gestão que incumbem à maioria.

Tratam-se de representações em órgãos institucionais, sendo que os nomes apresentados serão aqueles que, para a gestão municipal, são os mais indicados."

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR DA COLIGAÇÃO PPD/PSD.CDS-PP (Paulo Ribeiro)

"Abstive-me à semelhança de outras ocasiões nesta votação, não por ter nada a obstar em concreto ou em abstrato face a nenhum dos indicados para qualquer dos cargos, aliás enquanto pessoas que merecem a maior consideração. A questão é que se trata duma opção da maioria que governa a autarquia e que, no dia a dia da sua gestão, encontrou as opções que aqui são apresentadas e às quais não se sente vinculado."

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2015.

PROPOSTA N.º DADO 01_15-16:

«Na Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê-se no art.º 75.º, a obrigatoriedade de os Municípios, que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação definidos no POCAL, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade detida ou participada.

A consolidação de contas tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

Assim, **propõe-se**, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação do documento de Contas Consolidadas do grupo municipal, relativo ao ano económico de 2015, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta de Contas Consolidadas 2015 numerada DADO 01_15-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** começa por observar que as Contas Consolidadas são um documento iminentemente técnico. No fundo é “casar” as contas de duas entidades distintas, mas que pertencem ao grupo municipal do Município de Palmela, a saber: Câmara Municipal de Palmela e Palmela Desporto, Empresa Municipal. A apreciação política já foi efetuada em 16 de abril último quando se aprovou a Prestação de Contas 2015 destas duas entidades; recorda que, nessa ocasião, a coligação Palmela Mais (que ele representa) votou contra. Apesar de se tratar de um documento técnico não pode deixar de reparar que há dois aspetos (para os quais chamou a atenção no ano passado) que, este ano, um deles melhorou, mas não foi o suficiente (que é sempre chamado à atenção pelo ROC – Revisor Oficial de Contas); refere-se à forma de contabilização da aquisição do património da ADREPAL – Espaço Fortuna Artes e Ofícios e à questão das provisões para efeitos dos litígios em curso, e que, de acordo com o ROC existiam à data do encerramento das Contas de 2015 somavam cerca de 2.399.000 euros; sendo que, só uma insignificância desses litígios estão com as provisões legais devidas. Há que ter em conta que mesmo que vencidos os litígios em primeira instância, como ainda não está terminada a possibilidade de recurso das partes, manda a boa gestão que se façam as provisões adequadas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** termina dizendo que, face ao exposto, e à semelhança do que aconteceu o ano passado, vai votar contra o documento em apreciação: as Contas Consolidadas 2015.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que este é um documento factual e não é suposto que seja demonstrativo. Os/a Vereadores/a do PS não faz(em) a mesma leitura quanto à imputação do custo em que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro assenta parte da sua argumentação. As provisões são diferentes. A gestão é em si um ato de previsão e planeamento. Em função

das circunstâncias vai provocar-se um desequilíbrio nos custos e perdas, uma vez que já corresponde a um aumento de mais de 600 mil euros que é em parte compensado pelos recursos humanos. Não sabe qual seria a utilidade de “jogar” com os números.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** adianta que o sentido de voto dos/a Eleitos/a da CDU é a abstenção, na medida em que o documento em apreço – Contas Consolidadas 2015 – reflete as opções da maioria CDU em exercício. Em relação a entidades participadas fundamenta-se que não existe ainda a garantia da sustentabilidade económica da Palmela Desporto, E.M. e da ADREPAL – Espaço Fortuna Artes e Ofícios, no sentido de um investimento que garanta um melhor serviço público e a melhoria progressiva, bem como a manutenção das infraestruturas dos edifícios. É uma chamada de atenção. Se bem que em termos de funcionamento e de contas, regra geral, a Palmela Desporto, E.M., tem apresentado um exercício equilibrado com o subsídio à exploração que é dado e que pode ir apenas até 50% das receitas da empresa. Mesmo que se quisesse fazer mais serviço público, pelas regras que estão impostas, não se podia ir muito mais além dos 600 mil euros que já estão definidos. Nas questões que antes expôs fica definido o sentido de voto que os/a Eleitos/a do PS vão assumir e, como já antes referiu, será a abstenção.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** continua a sua intervenção, dizendo que aquando da apresentação e discussão da Prestação de Contas 2015 “escaparam” algumas questões que nesta ocasião vai a tempo de apresentar: há uma diminuição do ativo imobilizado assente especialmente na construção e nas infraestruturas dos edifícios, no valor de 6,5 milhões de euros. Isto tem a ver com a avaliação deste património? Não. É um valor avultado, de um ano para o outro, que causa algum impacto. Realça que existe “ainda” um resultado líquido negativo de 1,4 milhões de euros que reduziu. Por outras palavras: este resultado líquido tem vindo a diminuir e não reflete (como refletiu no passado) uma subvalorização da receita, de modo a assegurar a realização de um determinado número de despesas.

O **Sr. Presidente** refere que o sentido de voto que os/a Srs./a Vereadores da oposição vão assumir é idêntico àquele que já haviam expresso noutros documentos.

O **Sr. Presidente** continua a sua intervenção para dar nota do seguinte: em relação à Palmela Desporto, E.M., quer sublinhar que a empresa, ao contrário de outras, obedece a uma legislação muito “apertada” e tem cumprido todos os requisitos para a sua viabilidade, inclusivamente com três anos consecutivos de resultados positivos. Não interessa se esses resultados foram por margens mínimas ou não, o que importa é que a empresa municipal tem sido sustentável. Relativamente às provisões para riscos e encargos existem algumas provisões. No último Orçamento já se previu e, se for necessário, reforçar-se-á em função da expectativa que se vai ter no decurso das ações; mas, também se pode colocar a questão ao contrário:

- Se vencerem as ações?
- Se pedirem indemnização?

Termina dizendo que esta questão está devidamente acautelada, não obstante a recomendação do ROC que tem, também, sustentada a tese com a argumentação que é toda ela enquadrável e legal.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço e Cristina Rodrigues, e o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Os/a Srs./a Vereadores/a do PS apresentam declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS/A SRS./A VEREADORES/A DO PS (António Braz, Pedro Taleço e Cristina Rodrigues)

"A Vereadora e os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, por considerarem que o documento de Contas Consolidadas 2015 verte a orientação política e as práticas relativas à gestão política e financeira operacional da Autarquia.

Trata-se, em suma, de formalizar um documento de cariz técnico que reflete as opções financeiras tomadas em 2015, face às quais o Partido Socialista apresentou, em tempo, alternativas.

Por outro lado, a dinâmica existente nas entidades participadas ADREPAL, Espaço Fortuna e Palmela Desporto continua a não garantir empresas economicamente viáveis na perspetiva da capacidade de investimento na melhoria da qualidade das infraestruturas dos serviços prestados aos munícipes."

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 3 – Fornecimento de energia elétrica em Regime de Mercado Livre – BTE, BTN e MT – Adjudicação.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_15-16:

«Em reunião de Câmara realizada em 16 de março de 2016, foi aprovada a abertura do concurso público e respetivos programa e caderno de encargos, para a escolha da entidade fornecedora de energia elétrica em Regime de Mercado Livre.

Este contrato terá uma duração de 36 meses, com início previsto para 01 de julho do corrente ano, e visa o fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN).

O critério de adjudicação estabelecido no caderno de encargos foi o do mais baixo preço, para o consumo total estimado durante a vigência do contrato. As propostas foram avaliadas, aplicando os preços unitários apresentados por cada concorrente aos diferentes tipos de energia ativa por local de consumo.

O valor para adjudicação e escolha do distribuidor de energia contempla apenas o valor da energia ativa. A este valor acrescem os encargos obrigatórios de acesso às redes, que variam de acordo com o consumo de energia ativa, mas não dependem da entidade fornecedora/distribuidor de energia elétrica, pois correspondem a tarifas anuais, publicadas pela ERSE, e outras taxas e impostos de caráter obrigatório, aplicados ao setor elétrico.

Os valores estimados para o fornecimento de energia elétrica, de acordo com a proposta financeira mais vantajosa são os constantes do quadro seguinte:

Designação	Energia Ativa	Acesso às redes
Média Tensão	573.424,11 €	549.988,29 €
Baixa Tensão Especial	199.623,63 €	210.867,84 €
Baixa Tensão Normal	1.658.693,55 €	3.192.755,10 €
Total	2.431.741,29 €	3.953.611,23 €
Total (Energia Ativa + Acesso Redes) 6.385.352,52 €		

Face ao exposto, cumprida a tramitação preceituada no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nos termos do seu artigo 148º, **propõe-se** a aprovação do relatório final subscrito pelo júri do procedimento e consequente adjudicação deste fornecimento à EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., pelo valor total estimado de 6.385.352,52 € (seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois euros e cinquenta dois cêntimos), acrescido de IVA às taxas legais em vigor (23% para todas as componentes, exceto a Contribuição Audiovisual, cuja taxa é de 6%), que contempla os valores estimados relativos ao consumo de energia ativa e valoração de acesso às redes.

O encargo financeiro será assegurado nas seguintes rubricas:

Código Orçamental	Código GOP
0204/020201	2014 A 1
	2014 A 28
	2014 A 40
	2014 A 59
	2014 A 73
	2014 A 84
	2014 A 98

2014 A 113

2014 A 114

2014 A 129

0304/020201

2014 A 107.»

Sobre a proposta de Fornecimento de energia elétrica em Regime de Mercado Livre numerada DADO_DFA 01_15-16 intervêm:

O **Sr. Presidente** menciona que a CDU está a tentar apelar ao governo PS para dar sem efeito a taxa do audiovisual na iluminação pública e nos jardins.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** adianta que o sentido de voto dos/a Eleitos/a do PS vai ser favorável. Contudo, tem a apresentar as seguintes questões/comentários:

. Opina que este concurso já podia ter sido lançado há mais tempo, desde que o mercado se tornou liberalizado. Houve uma série de dúvidas: se podiam incluir iluminações públicas, etc..

. Qual é a poupança efetiva em relação à tarifa anterior?

. É totalmente ridícula a cobrança da taxa audiovisual a contadores que estão instalados em Postos de Transformação (PT) como sucede, também, com os contadores das escadas dos condomínios, porque os moradores ficam a pagar duas vezes a mesma taxa. Os/a Vereadores/a do PS acompanham todas as posições que a Autarquia entenda tomar para sensibilizar o governo em funções para o total desfasamento desta taxa.

. No mercado liberal, quer para a energia elétrica, quer para as telecomunicações, costumam fazer-se fidelizações de 36 meses. Acontece que a tecnologia avança muito depressa para que haja fidelizações tão prolongadas no tempo. E continua: será que não se pode repetir este tipo de concursos por períodos mais curtos no tempo tornando-os mais concorrenciais? Provavelmente podiam conseguir-se maiores poupanças.

Face a esta sugestão do Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Presidente** observa que o inverso também é verdade, é por causa de o concurso se estender por 36 meses que o seu custo baixa.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que vai votar favoravelmente esta proposta. As propostas apresentadas pelas firmas concorrentes, de acordo com o relatório do júri, cumprem o caderno de encargos. O critério de adjudicação é muito claro. Fica com a ideia de que os 36 meses são o tempo máximo que a lei permite para a duração do fornecimento da energia elétrica. Para se conseguir que os preços baixem, às vezes é necessário dar uma margem de tempo, pelo que é preciso encontrar um equilíbrio.

Relativamente à taxa do audiovisual, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** comenta que muito gosta de ouvir “dois ilustres membros do governo” (Sr. Presidente e Sr. Vereador Pedro Taleço) a expressar que vão alterar esta equação, porque falaram como se fosse uma entidade abstrata, mas “o governo em funções é dos vossos partidos políticos”, pelo que têm a possibilidade de produzir a alteração a que fizeram referência.

O **Sr. Presidente** menciona que há uma questão fundamental: a firma Iberdrola não consegue nem de perto nem de longe “bater” a EDP Comercial e o valor pelo qual se vai adjudicar é inferior ao valor atual que a EDP Comercial pratica para com o Município; há um abaixamento. Houve quem acreditasse (não foi o seu caso) que a entrada do mercado liberalizado ia conseguir uma diminuição do custo da eletricidade, mas não é isso o que acontece e os resultados estão à vista. O partido que representa – CDU – propõe que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na iluminação pública retorne aos 6%. Há muitas medidas políticas para serem tomadas. Considera que a taxa do audiovisual é uma vergonha.

Voltando a sua atenção para a proposta em apreciação, o **Sr. Presidente** é de opinião que se consegue uma “certa” estabilidade para os próximos anos. Está em condições de adiantar que, ao nível dos contratos de concessão da iluminação pública está a haver uma articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Conselho Metropolitano de Lisboa. Amanhã vai ser presente um relatório sobre esta matéria, porque os Municípios estão a tentar consertar uma posição comum.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** explicita que a Câmara Municipal só vai pagar os consumos efetivamente realizados e, se não houver nenhuma alteração de outra ordem, o valor dos consumos deste ano vai ser inferior ao do ano de 2015.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela – Adjudicação.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 02_15-16:

«Em reunião de Câmara de 16/03/2016 foi aprovada a abertura do concurso público para “Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela” e respetivos programa e caderno de encargos (proposta n.º DADO_DFA_01_08-16).

O procedimento tem como finalidade a prestação de serviços de higiene e limpeza urbana, que complementam nesta área a atividade desenvolvida diretamente pelos serviços competentes do Município.

O objeto do concurso público consiste na prestação dos seguintes serviços de higiene e limpeza urbana:

- A – Serviço de lavagem e desinfeção de contentores, incluindo a remoção prévia de RU e limpeza do local de instalação dos contentores;
- B – Remoção de RU e manutenção de contentores nas freguesias de Palmela e Quinta do Anjo;
- C – Remoção de monos, verdes e afins no concelho de Palmela;

- D – Remoção de RU nas unidades económicas do concelho de Palmela;
- E – Serviço de colocação e remoção de caixas de 6 m³ e de 20 m³;
- F – Serviço de recolha e transporte de sacões de 1 m³ de capacidade.

Cumprida que está a tramitação regulamentada no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, nos termos do artigo 148.º, **propõe-se** que seja aprovado o relatório final subscrito pelo júri do procedimento, documento que se anexa e faz parte integrante desta proposta, e a consequente adjudicação ao concorrente Ecoambiente – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., pelo período de 36 meses, por um valor global de 1.285.168,51 € (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e sessenta e oito euros e cinquenta e um cêntimos), com IVA incluído à taxa legal de 6%.»

Sobre a proposta de Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela numerada DADO_DFA 02_15-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que vai votar favoravelmente a presente proposta.

Constata que o concorrente colocado em segundo lugar reclamou. O júri não deu razão a essa reclamação. O concorrente em causa é o atual prestador de serviço. Admite que possa haver um eventual litígio em tribunal, ao que se segue um problema acrescido para a Autarquia: é que ficam suspensas todas as operações conducentes à assinatura do contrato e à efetivação da prestação de serviços, pelo que surgem as perguntas:

- Quando termina a prestação de serviços que está em vigor?
- Terminando essa prestação de serviços sem este procedimento concursal estar terminado, qual o plano B que a Autarquia tem para levar a efeito esta prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos?

O **Sr. Vereador António Braz** refere que as questões que pretendia apresentar já foram colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que os dados que constam no relatório são bem elucidativos. O contrato em vigor termina no próximo mês de agosto. Está mais otimista do que os Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e António Braz. Há sempre um enorme cuidado por parte dos júris na apreciação das peças processuais. Aproveita para esclarecer que a adjudicação não é feita pela apresentação do preço mais baixo, mas sim pela proposta que é economicamente mais vantajosa. Há dois critérios:

- o preço global da prestação de serviço (80%);
- as viaturas operacionais efetivas (20%).

Cita um documento que refere o seguinte: *"(...) o uso de qualquer viatura que eventualmente tenha alguma exclusividade em outro contrato deverá ser dirimida nesse mesmo contrato e no*

presente onde não é fixada nenhuma cláusula de exclusividade (...)”. Julga que há condições para avançar para a adjudicação sem que seja necessário nenhum plano B.

O **Sr. Presidente** menciona que a empresa adjudicatária pode recorrer ao subaluguer de viaturas de recolha de resíduos sólidos. Observa que estas devem ser relativamente novas, de modo a que a prestação do serviço possa ser cumprida em devido tempo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Transferência financeira para o Agrupamento de Escolas José Saramago, Palmela – despesas de funcionamento do edifício do 1.º ciclo do ensino básico da EB José Saramago.

PROPOSTA N.º DEIS 01_15-16:

«No âmbito das suas atribuições e competências, o Município de Palmela assume as despesas com água, eletricidade e gás, correspondentes ao edifício do 1.º ciclo do ensino básico, integrado na EB José Saramago, do Agrupamento de Escola José Saramago, Palmela.

Neste sentido, o Município assegura aqueles encargos, de acordo com as despesas realizadas e apresentadas pela direção do agrupamento, e em função do número de alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico daquela escola, em cada ano letivo (190 alunos em 2015/2016).

O valor da despesa mantém-se nos € 1.500,00 mensais, sendo o valor aluno/mês de cerca de € 8.

Assim, de acordo com a alínea ee) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de um apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas José Saramago, Palmela, no valor de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), destinado a custear os encargos com água, eletricidade e gás do edifício do 1.º ciclo da EB José Saramago (correspondente ao ano letivo 2015/2016), até ao mês de agosto de 2016.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Cáritas Diocesana de Setúbal – Centro Comunitário de S. Pedro – Cedência de material escolar.

PROPOSTA N.º DEIS 02_15-16:

«A CÁRITAS DIOCESANA DE SETÚBAL é uma entidade de utilidade pública, que promove o combate às situações de pobreza e exclusão social, sendo nacionalmente reconhecida. A nível local, esta Instituição Particular de Solidariedade Social, através do Centro Comunitário S. Pedro, promove um trabalho essencial no desenvolvimento social da União das Freguesias de Poceirão Marateca assegurando um conjunto de importantes respostas, direcionadas para as crianças, jovens e suas famílias, visando a inclusão social, solidariedade e coesão daquele território.

Em 2015, a Câmara Municipal de Palmela, por reconhecer a importância deste trabalho, procedeu à cedência da Escola de Cajados a esta IPSS, mediante contrato de comodato celebrado a 17 de junho. Nestas instalações, esta entidade pretende dar continuidade à sua atividade regular e alargar a sua intervenção, sobretudo no que diz respeito ao acompanhamento das famílias e ao trabalho de promoção da empregabilidade através de programas de formação desenvolvidos em parceria com o IEFP.

Recentemente instalada neste novo edifício, esta IPSS encontra-se presentemente a mobilizar os recursos necessários para que este seja um espaço devidamente apetrechado, atrativo e digno, sendo por conseguinte necessário material/equipamento escolar, designadamente mesas e cadeiras para as salas onde decorrem as ações de formação.

Considerando que:

- Esta IPSS solicitou o apoio da autarquia na cedência de material escolar (mesas e cadeiras), no sentido de apetrechar as salas de formação;
- a autarquia possui mobiliário do 1.º Ciclo do ensino básico que não se encontra a ser utilizado, não se prevendo a sua futura utilização pela rede escolar

propõe-se, ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a doação do seguinte mobiliário escolar à Caritas Diocesana de Setúbal – Centro Comunitário de S. Pedro da Marateca:

- 18 (dezoito) cadeiras
- 6 (seis) mesas de dois lugares
- 7 (sete) mesas individuais.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão.

PROPOSTA N.º DCTEL 01_15-16:

«A promoção dos produtos locais insere-se numa estratégia de valorização do espaço rural, demonstrando a sua dinâmica, valor e potencial económico para o desenvolvimento integrado do território.

O apoio às associações locais para realização de projetos neste âmbito é uma das formas de incentivar a participação e o envolvimento das estruturas organizativas da população e dos agentes económicos.

Este ano, mais uma vez, a Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão, promove a 27.ª edição desta Feira, nos dias 8, 9 e 10 de julho, prevendo a mobilização de grande número de agentes económicos da região.

Do programa, além dos muitos momentos de animação musical e desportiva, destacamos o Colóquio acerca de “Apoio ao investimento e concretização de produtos na agricultura na Península de Setúbal”, o Desfile Etnográfico e o Festival de Folclore.

Para fazer face aos custos da realização desta iniciativa, a Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão solicitou o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

Assim, face ao exposto, e para além do apoio logístico (canalização/instalação de pontos de água, estruturação do pavimento, sinalização) e infraestruturação elétrica no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros), que a autarquia também assegura, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro de € 4.000,00 (quatro mil euros) à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão numerada DCTEL 01_15-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** menciona que os/a Srs./a Vereadores/a do PS vão, naturalmente, votar a favor da proposta em análise. Contudo, oferece-se um pedido de esclarecimento, a saber:

. A infraestruturação elétrica, no valor de 5.000 euros, é para a União das Freguesias de Poceirão e Marateca negociar com a entidade que faz a infraestruturação, ou é uma verba que a Autarquia vai assegurar diretamente e exclusivamente para que seja feita essa infraestruturação? De que tipo de infraestruturação se trata?

Expressa que a Câmara Municipal de Palmela, no ano em curso, produziu um aumento de verbas para as instalações elétricas das Festas Populares de Pinhal Novo e da Festa das Vindimas.

O **Sr. Presidente** esclarece que houve um aumento dos apoios financeiros, porque foram as associações das festas que contrataram diretamente a empresa para efetivar as instalações elétricas. O valor que a Câmara Municipal pagava foi o valor que foi englobado nas verbas dos apoios financeiros.

Mais esclarece que a presente proposta contempla 4.000 euros de financiamento direto para a atividade, sendo que os 5.000 euros para a infraestruturação elétrica não são transferidos, mas assumidos pela própria Autarquia. É uma questão de transparência. No início deste ano chegou a estimar-se que se pudesse fazer a infraestruturação elétrica das festas do concelho por administração direta; dado que o número de festas quase duplicou este ano, houve que recorrer a serviços externos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** gostaria de ser esclarecido se é a mesma empresa que assegura a infraestruturação elétrica de todas as festas do concelho. A sua questão surge, porquanto a adjudicação para um determinado conjunto de festas podia conseguir preços mais vantajosos do que a adjudicarem-se os serviços individualmente.

Face à questão suscitada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Presidente** refere que isso mesmo foi o que foi feito no ano passado e, nem por isso, se logrou um abaixamento dos preços. O que tem estado a acontecer é que as associações conseguem, por via de outras negociações, poupar umas centenas de euros. Por exemplo, as Festas Populares de Pinhal Novo conseguiram aproximadamente 1.000 euros a menos. A Câmara Municipal tem todo o gosto de, no ano que vem, atribuir um apoio financeiro de 9.000 euros à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, porque pode acontecer que consigam uma poupança na infraestruturação elétrica.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e dez minutos do dia dezasseis de junho de dois mil e dezasseis, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco